

# Folha A hora dos constituintes p A2

Depois de vitoriosa na Comissão de Sistematização e assimilada, ao menos retoricamente, pelo Planalto, a tese do mandato de quatro anos para o presidente Sarney pareceu que esbarriaria, irremediavelmente, nos interesses de alguns governadores e no fisiologismo de outros tantos parlamentares. O fantasma dos cinco anos ressurgiu, então, com um ímpeto capaz de afugentar prognósticos que estimavam como segura a convocação de eleições em '88. Mas as recentes declarações do deputado Ulysses Guimarães, e a mudança de posição assumida pelo governador Orestes Quércia, se não afastam por completo os temores de que o atual governo venha a se prolongar indesejavelmente, renovam as chances de que a transição possa ser solucionada em um tempo mais adequado às aspirações da opinião pública e às necessidades políticas do país. São vantagens conjunturais indiscutíveis de uma proposta que a **Folha** não defende, contudo, inspirada simplesmente em uma lógica imediatista, mas por considerar que o mandato de quatro anos, com direito a uma reeleição, pode equacionar satisfatoriamente o problema maior do período de permanência dos governantes em seus cargos.

Tanto quanto o considerável ânimo

que a proposta recebe com as adesões do presidente do PMDB e do governador de São Paulo —que cedem ao que chamaram de pressões “das ruas”—, é também auspiciosa a preocupação revelada pelos dois políticos com os riscos que podem advir de uma excessiva demora no trabalho de finalização da nova Carta. Ainda que seja impróprio impor à elaboração do texto as urgências de um cronograma externo ao processo constituinte —prejudicando indevidamente seu aperfeiçoamento— não se deve, igualmente, inverter os termos e conceder que o país se submeta ao ritmo —frequentemente letárgico— dos trabalhos parlamentares. Apesar dos enfrentamentos e desencontros em torno do regimento do plenário, há indícios evidentes de que os pontos mais polêmicos do substitutivo são superáveis e de que se poderá chegar a uma Constituição equilibrada, resultado da vontade da maioria.

Trata-se, portanto, de não perder de vista a gravidade dos impasses que permeiam o quadro político e compreender que a dinâmica do Congresso constituinte tem um papel imprescindível para superá-los —definindo, de uma vez por todas, as questões cruciais para a resolução da preocupante crise atual.

-5 JAN 1988

FOLHA DE SÃO PAULO